

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PARECER JURÍDICO**

Recorrente: João Batista Marques

Auto de Infração nº: 000207

Processo nº: 10.334/2018

Foi encaminhado a Procuradoria do Município pela Secretária de Meio Ambiente, recurso interposto pelo Sr. João Batista Marques, requerendo parecer jurídico referente ao Auto de Infração nº 000206 em face do recorrente.

O citado Auto de Infração autuou o Sr. João Batista Marques, pois foi constatado pela fiscal ambiental Letícia Oliveira que no Setor 17, Quadra 37, Lote 27 estava em chamas e que o contribuinte não possuía autorização do órgão ambiental para tal prática. Portanto foi aplicada autuação no valor de R\$ 950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos) por infringir o Art. 1º da Lei Municipal nº 4.905/17 que dispõe “*Fica proibida a realização de queimada em lotes urbanos localizados no Município de Patrocínio.*”.

Em sua defesa, o recorrente alegou que o fogo não foi colocado por ele, não sabendo especificar quem havia colocado (não juntando provas), sendo inclusive vítima de ação criminosa deste ato, conforme consta no REDS-2018-015917523-001. Alegou que por este motivo, não pode ser penalizado pelo ilícito em questão.

Por fim, alegou também que para tal prática, caberia somente advertência, por ser de pequena representatividade o suposto dano ambiental.

É o relatório. Passo à manifestação.

É fato que para a responsabilidade pelo dano ambiental, vigora a teoria da responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa para caracterização da responsabilidade civil, bastando existir o dano e o nexo causal.

O artigo 14, parágrafo 1º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81 estabelece que “*sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

*indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.”*

A responsabilidade do proprietário do imóvel em razão de ilícito ambiental é solidária, conforme Art. 2º do Decreto 3.479/2018. Nestes termos não há que se falar em qualquer excludente de responsabilidade do mesmo.

Para o ato ilícito praticado, não há advertência, conforme previsto na Lei Municipal 4.905/17 e Decreto 3.479/2018, pois o dano ambiental foi constatado em flagrante, não sendo passível a advertência e sim a aplicação direta da multa.

Portanto, opino pelo **NÃO PROVIMENTO** do recurso apresentado pelo Sr. João Batista Marques, uma vez que os argumentos mencionados na defesa são desprovidos de fundamentos técnicos e jurídicos, incapazes de descaracterizar o auto de infração em questão, mormente porque o Recorrente não apresentou documentos que comprovem suas alegações.

É o parecer.

Patrocínio-MG, 13 de junho de 2018.



**Mateus Brandão de Queiroz**  
**Supervisor de Setor**  
**OAB/MG 174.364**